



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

Handwritten signatures and initials, including a large 'L' and the word 'rue'.

268/2017

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE TRÊS VIATURAS LIGEIRAS DE MERCADORIAS PARA A DIVISÃO DE AMBIENTE, ESPAÇO PÚBLICO E TRANSPORTES E A DIVISÃO DE LIMPEZA E HIGIENE PÚBLICA, PELO VALOR GLOBAL DE 66.330,00€, AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL.

Aos dezassete dias do mês de Julho do ano 2017, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e um de Outubro de dois mil e treze, é celebrado o presente contrato:-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **AUTOGIRAR – SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS, LDA.**, com sede na Rua Zeferino Silva, n.ºs 11 e 13, Santarém, com o capital social de 600.000,00€, com o número único de matrícula e pessoa coletiva 500038813, representada por **MARIA AMÉLIA RODRIGUES CARVALHO SOUSA MACEDO**, portadora do cartão de cidadão número 06995808-4ZY7, emitido pela República Portuguesa e válido até 22 de outubro de 2020, contribuinte número 191732591, na qualidade de gerente e procuradora da empresa, com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente e procuração datada de 11 de julho de 2016, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **11 de Julho de 2017**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 44, II Série de 02 de março de 2017, foi adjudicado à firma **AUTOGIRAR – SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS, LDA.**, o fornecimento de “**TRÊS VIATURAS LIGEIRAS DE MERCADORIAS PARA A DIVISÃO DE AMBIENTE, ESPAÇO PÚBLICO E TRANSPORTES E A DIVISÃO DE LIMPEZA E HIGIENE PÚBLICA**”, pelo valor global de 66.330,00€ (sessenta e seis mil trezentos e trinta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

f b 2
Luc

proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/07.01.06.02**;-----

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **7969** e LCPA n.º **10105** no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de três viaturas ligeiras de mercadorias para a Divisão de Ambiente, Espaço Público e Transportes e Divisão de Limpeza e Higiene Pública, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II - cláusulas técnicas do caderno de encargos e na proposta do fornecedor que se dá por inteiramente reproduzida; -----

TERCEIRA: A entrega das viaturas será efectuada nas instalações da Divisão de Ambiente, Espaço Público e Transportes, localizada no Parque de Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Loulé – Franqueada, no prazo de 60 dias de acordo com a proposta do fornecedor.-----

Se o fornecedor não cumprir o prazo de entrega estabelecido, ou o que venha a ser acordado, acrescido de prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor da adjudicação em atraso, de montante a fixar nos seguintes termos constantes no artigo 13 da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega da viatura, manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e reparação das viaturas, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos, pneumáticos ou elétricos;-----

O fornecedor obriga-se a fornecer com o equipamento Declaração de Conformidade CE;-----

Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objecto do contrato e respectivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor;-----

QUARTA: O fornecedor garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a actividade da Edilidade;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

f 3 auc

QUINTA: O fornecedor obriga-se a entregar à Edilidade as viaturas com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no caderno de encargos. As viaturas devem ser entregues em perfeitas condições de utilização para o fim a que se destinam;-----

A edilidade procede no prazo de 5 dias após a entrega das viaturas, à inspeção quantitativa e qualitativa das mesmas, com vista a verificar, respectivamente, se as mesmas reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no caderno de encargos e na proposta do fornecedor, bem como outros requisitos exigidos por lei, nos termos do artigo 6.º da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos;-----

SEXTA: No caso da realização dos testes não comprovar a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, a Edilidade deve disso informar, por escrito, o fornecedor. O fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Edilidade, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos. Após a realização das substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a Edilidade procede à realização de novos testes, nos termos do artigo 6.º da parte I - cláusulas gerais do caderno de encargos.-----

SÉTIMA: Caso os testes comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não existam defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos, a Edilidade deve proceder à aceitação dos bens, mediante a emissão de um auto de receção, assinado pelo representante do fornecedor e da Edilidade. Com a assinatura do auto de receção, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para a Edilidade, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.-----

OITAVA: Para efeitos de garantia, não se exceptuam quaisquer órgãos, peças ou equipamentos das viaturas, tais como amortecedores, bateria, rádio, etc.-----

DINO GONÇALVES
SOLICITADOR
98 479 - Cédula Prof. 1613
24 713 - Fax: 24 333 126
lro de Santarém, 37 - 1º e 2º
100 - 223 Santarém



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

Handwritten signatures and initials, including a large 'f' and a signature that appears to be 'Dino Gonçalves'.

O chassis tem uma garantia técnica geral de cinco anos /100.000Km, a pintura tem uma garantia de 3 anos; a garantia de anti corrosão é de 12 anos e a bateria tem a garantia de 5 anos/100.000Km;-----

A garantia inclui ainda assistência em viagem NISSAN 24 horas por dia todos os dias da semana com cobertura em todo o território europeu;-----

NONA: Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 14 da Parte I – clausulas gerais do caderno de encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;----

DÉCIMA: A quantia devida será paga no prazo de 60 dias após a receção da respectiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respectiva;-----

DÉCIMA PRIMEIRA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:-----

a) Quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias seguidos;-----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

5

1720

b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo fornecedor;-----

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

DÉCIMA SEGUNDA: A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA TERCEIRA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos Tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro;-----

DÉCIMA QUARTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 11 de Julho de 2017, e aceite pela representada do segundo outorgante.-----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----

- Caderno de Encargos;-----

- Proposta do fornecedor.-----

- Deliberações de Câmara e Informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,

A SEGUNDA OUTORGANTE,

DINO GONÇALVES
SOLICITADOR
188.479 - Cédula Prof. 1613
324.713 - Fax: 243 333 126
-dro de Santarém, 37 - 1º F.
600 - 223 Santarém



[Handwritten mark]

6

[Handwritten mark]

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,

Manoel Ricardo Correia Pinto Guerreiro



RICARDINO GONÇALVES, Solicitador com escritório na Rua Pedro de Santarém, numero 37, 1º frente, em Santarém, reconhece, nos termos do artigo 38º do DL nº 76-A/2006, de 29/3, a assinatura de Maria Amélia Rodrigues Carvalho Sousa Macedo, feita pela própria na minha presença, cuja identidade verifiquei por exibição do seu cartão de cidadão numero 06995808 4ZY7, válido até 22/10/2020, na qualidade de gerente e procuradora da sociedade comercial por quotas AUTOGIRAR - SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS, LIMITADA, Pessoa Colectiva numero 500 038 813, com sede na Rua Zeferino Silva, 11 e 13 - S. Domingos, São Nicolau, Santarém, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santarém com o nº 500 038 813, qualidade e poderes que verifiquei por certidão permanente com o código de acesso 3655-7336-6660 e procuração passada a seu favor, em 11/07/2016, que me foi exibida. -----
Santarém, 17 de Julho de 2017.-----
Acto registado com o nº 2880083. -----
-Valor: Gratuito.-----





Registo Online de Actos de Solicitadores

Artigo 38º do Decreto-Lei nº76-A/2006, de 29-03
Portaria nº 657-B/2006, de 29-06

Câmara dos Solicitadores

RICARDINO GONÇALVES

Solicitador

Cédula 1613

Identificação da Natureza e Espécie dos Actos:

Reconhecimentos

Descrição do Acto:

RICARDINO GONÇALVES, Solicitador com escritório na Rua Pedro de Santarém, numero 37, 1º frente, em Santarém, reconhece, nos termos do artigo 38º do DL nº 76-A/2006, de 29/3, a assinatura de Maria Amélia Rodrigues Carvalho Sousa Macedo, feita pela própria na minha presença, cuja identidade verifiquei por exibição do seu cartão de cidadão numero 06995808 4ZY7, válido até 22/10/2020, na qualidade de gerente e procuradora da sociedade comercial por quotas AUTOGIRAR - SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS, LIMITADA, Pessoa Colectiva numero 500 038 813, com sede na Rua Zeferino Silva, 11 e 13 - S. Domingos, São Nicolau, Santarém, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santarém com o nº 500 038 813, qualidade e poderes que verifiquei por certidão permanente com o código de acesso 3655-7336-6660 e procuração passada a seu favor, em 11/07/2016, que me foi exibida.

Identificação dos intervenientes:

Autogirar - Sociedade Comercial de
Automóveis, Lda

NIPC: 500038813

Executado a:

17-07-2017

Registado a:

17-07-2017

Número de Registo:

2880083

Pode verificar a validade deste documento acedendo à página de internet www.solicitador.org na opção "Validação de documento"